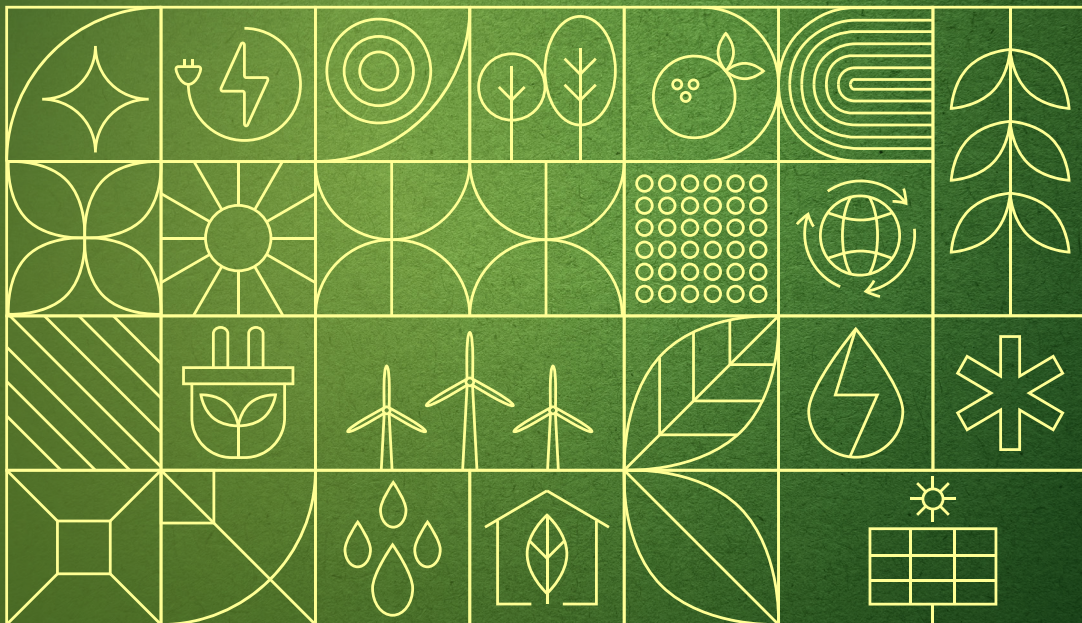


Manifesto das igrejas do sul global por nossa casa comum



Rumo à paz com a criação: um apelo urgente por
«uma transição justa para além dos combustíveis fósseis».



«Manifesto conjunto dos organismos episcopais católicos continentais da África, América Latina e Caribe e Ásia, juntamente com representantes da Igreja Católica na Europa e Oceania, como resultado do discernimento conjunto na COP30 e em preparação para a COP31».

MANIFESTO DAS IGREJAS DO SUL GLOBAL POR NOSSA CASA COMUM

Rumo à paz com a criação: um apelo urgente por
«uma transição justa para além dos combustíveis fósseis».

PREÂMBULO: O GRITO DA TERRA E DOS POBRES

Reunidos como membros das comunidades católicas das Igrejas no Sul Global e na Europa, levantamos nossas vozes neste momento crucial da história. Nossa posição coletiva, enraizada em nossa jornada conjunta na COP30 em Belém, na Amazônia, expressa no documento «Um apelo pela justiça climática e pela casa comum: conversão ecológica, transformação e resistência às falsas soluções», e guiada pelos escritos proféticos do Papa Francisco, *Laudato Si'* (LS) e *Laudate Deum* (LD), tem como objetivo dar continuidade ao compromisso forjado ali. Reconhecemos, com tristeza e urgência, que “o mundo que nos acolhe está se desintegrando e talvez se aproximando de um ponto de ruptura” (LD, 2). Juntamente com o Papa Leão XIV, afirmamos que “é vital converter as palavras e reflexões em opções e ações baseadas na responsabilidade, justiça e equidade para alcançar uma paz duradoura por meio do cuidado com a criação e com o nosso próximo”¹.

1 Papa Leão XIV, Mensagem de Sua Santidade o Papa Leão XIV entregue pelo Cardeal Secretário de Estado Pietro Parolin na Trigésima Sessão da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30) em Belém. <https://www.vatican.va/content/leo-xiv/en/messages/pont-messages/2025/documents/20251107-messaggio-cop30.html>

Os sinais dos tempos são inegáveis: nos últimos três anos, registrou-se um aquecimento global histórico, um indicador sólido da intensificação do aquecimento do sistema climático provocado pelo ser humano. De acordo com os principais centros de análise climática², esta tendência de aquecimento sustentado reflete a transição para um novo estado energético do sistema terrestre, caracterizado por desequilíbrios radiativos persistentes, retroalimentações positivas e uma frequência cada vez maior de fenómenos climáticos extremos, tanto em intensidade quanto em frequência. De uma perspectiva científica, esses dados confirmam que o planeta está se aproximando de limites críticos que comprometem a estabilidade dos ecossistemas, dos sistemas socioeconômicos e das estruturas de governança, o que agrava o sofrimento dos mais vulneráveis, mesmo nos países do Norte Global.

Como Igrejas peregrinas da África, da América Latina, do Caribe e da Ásia, testemunhamos que as mudanças climáticas não são apenas uma crise ambiental, mas também consequência de padrões insustentáveis de produção e consumo e de uma “economia que mata”³, que se expressam como uma crise também social, cultural e espiritual que ameaça a dignidade humana e a paz. A ciência é clara: a principal causa desse colapso iminente é a queima em grande escala e contínua de carvão, petróleo e gás, que representam 86% das emissões de dióxido de carbono durante a década de 2010-2019⁴.

4

Portanto, guiados pela opção preferencial pelos pobres e pelo cuidado com a criação descritos na Doutrina Social da Igreja, declaramos nosso apoio inabalável a uma transição justa e apelamos aos governos do mundo para que adotem um tratado que impeça a proliferação e abandone os combustíveis fósseis como um imperativo moral e político.

2 Por exemplo, “Copernicus Climate Change Service” na União Europeia, “National Oceanic and Atmospheric Administration [NOAA] - Climate at a glance” nos EUA ou “Berkeley Earth, Global Warming”, entre outros.

3 Cf. Francisco (2023, 6 de outubro). *Mensagem do Santo Padre por ocasião do evento “Economy of Francesco”*. The Holy See. <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/pont-messages/2023/documents/20231006-messaggio-economy-of-francesco.html>.

4 Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas [IPCC] (2023). *Mudanças Climáticas 2021. As Bases da Ciência Física*, Cambridge University Press, p. 687 (cf. Resumo Técnico, 80). <https://doi.org/10.1017/9781009157896>

I. O TRATADO: UM COMPLEMENTO NECESSÁRIO AO ACORDO DE PARIS

Reconhecemos e celebramos o Acordo de Paris como um marco essencial para a ação climática global, ao mesmo tempo em que reconhecemos suas limitações inerentes. Embora estabeleça o objetivo de temperatura em 2 °C, ou melhor, em 1,5 °C, que exige a rápida eliminação dos combustíveis fósseis, o acordo não nomeia explicitamente os combustíveis fósseis como o problema central nem restringe sua produção.

O Tribunal Internacional de Justiça (TIJ), em seu parecer consultivo de 2025, ressaltou que os Estados têm a obrigação de prevenir danos significativos ao sistema climático e que ações inadequadas em relação às emissões de gases de efeito estufa — incluindo a produção e os subsídios de combustíveis fósseis — podem acarretar responsabilidade internacional⁵. No entanto, os planos atuais dos governos preveem que a produção de combustíveis fósseis compatível com esse limite mais do que dobrará até 2030.

Precisamos de um plano claro. Consideramos que o Tratado de Combustíveis Fósseis (TCF)⁶ pode ser a ferramenta específica que complementa o Acordo de Paris, abordando a raiz do problema através de três pilares fundamentais que apoiamos plenamente:

1. Não proliferação e eliminação gradual: Cessar imediatamente toda a exploração e produção de carvão, petróleo e gás. Autorizar novas infraestruturas de combustíveis fósseis é antiético e prende-nos a práticas ultrapassadas. É necessária uma estrutura global vinculante para impedir novos projetos e gerir o declínio e a eliminação gradual da produção existente.
2. Eliminação gradual equitativa: Eliminar gradualmente e de forma equitativa a produção atual com base na responsabilidade histórica e na capacidade de cada nação. Isso deve priorizar o bem comum e proteger os meios de subsistência das populações mais vulneráveis.
3. Transição justa global: Garantir uma transição justa e inclusiva para as energias renováveis, sem deixar para trás nenhum trabalhador, comunidade ou país. Para tal, é necessário apoiar a diversificação econômica, a implantação em grande escala das energias renováveis e as oportunidades de requalificação e emprego, bem

5 Tribunal Internacional de Justiça. (2025). Obrigações dos Estados em relação às mudanças climáticas: Parecer consultivo de 23 de julho de 2025 (Lista Geral n.º 187). <https://www.icj-cij.org/sites/default/files/case-related/187/187-20250723-adv-01-00-en.pdf>

6 Consulte [/fossilfuel treaty.org/](https://fossilfuel treaty.org/)

como a proteção social para homens e mulheres na nova economia e a inclusão dos homens e mulheres afetados no planejamento da transição.

Para garantir a prestação de contas, é necessário criar um Registro Global de Combustíveis Fósseis de código aberto como ferramenta fundamental para uma transição justa e equitativa, que permita o acompanhamento da produção e das reservas, de modo que todos os integrantes do ecossistema energético prestem contas.

É essencial uma redução significativa do consumo energético por parte das nações mais ricas, assumindo sua responsabilidade histórica por meio de ações concretas. Isso deve ser acompanhado por uma profunda reflexão: para que e para quem a energia está disponível, quais são os custos. Cuidar da casa comum não é apenas uma questão técnica de substituir a matriz energética por energias renováveis, mas também o reconhecimento dos limites do consumo, acompanhado de uma distribuição justa dos bens da terra.

Vivemos um momento que exige urgentemente um Tratado de Combustíveis Fósseis. O retorno às políticas de “domínio energético”, ou seja, a expansão agressiva do petróleo e do gás, a desregulamentação ambiental e o uso da força para garantir recursos, continua alimentando conflitos e formas de petroimperialismo. Quando a segurança energética se sobrepõe ao direito internacional, à soberania dos povos e aos compromissos com a criação, enfraquece-se a cooperação entre as nações e dificulta-se uma transição justa. Superar os combustíveis fósseis não é apenas uma exigência ecológica: é uma condição para a paz, a fraternidade, a justiça e a proteção daqueles que mais sofrem.

Também instamos nossos governos a participar da próxima Primeira Conferência Internacional sobre a Eliminação dos Combustíveis Fósseis, organizada este ano pela Colômbia e pelos Países Baixos. Essa participação deve ter como objetivo identificar vias legais e socioeconômicas para a eliminação gradual dos combustíveis fósseis e promover com firmeza a adoção dos resultados da conferência entre os governos, a indústria de combustíveis fósseis e outros atores-chave, em nível nacional e regional, em colaboração com parceiros estratégicos.

II. PRINCÍPIOS PARA UMA TRANSIÇÃO JUSTA SEM SOLUÇÕES FALSAS

Nossa fé exige que abandonemos a “cultura do descarte” e o “paradigma tecnocrático” que buscam apenas o lucro. Uma transição energética verdadeiramente justa, iluminada pela Doutrina Social da Igreja, deve ser guiada pelos seguintes valores:

- **Sobriedade feliz e vida digna:** Defendemos uma mudança cultural em direção à “sobriedade feliz”, em que “menos é mais” (LS 215), e ao “bom viver”, reduzindo o consumo voraz das nações ricas para permitir que todos os habitantes do planeta tenham acesso à energia limpa e a uma vida digna. A energia deve ser um direito, não uma mercadoria, para garantir uma vida digna neste século. Devemos combater a pobreza energética, que mantém mais de 650 milhões de pessoas na escuridão (sem eletricidade), especialmente no continente africano⁷.
- **Rejeição do neo-extrativismo e das “soluções falsas”:** nos opomos ao “capitalismo verde” e ao “marketing verde” que perpetuam a exploração. A transição não pode basear-se na criação de novas “zonas de sacrifício” para a extração de minerais críticos no Sul Global, nem na financeirização da natureza por meio de mercados de carbono que não reduzem as emissões reais.
- **Equidade e responsabilidade diferenciada:** Os países ricos, cuja riqueza foi construída sobre a exploração de combustíveis fósseis, têm uma dívida ecológica para com o Sul Global. Portanto, eles devem assumir um papel de liderança na transição para o abandono dos combustíveis fósseis. Essa transição exige que as nações ricas forneçam a ajuda financeira e a transferência de tecnologia necessárias para que os países em desenvolvimento adotem caminhos de energia limpa sem comprometer seu próprio desenvolvimento. Além disso, devem ser estabelecidos planos alternativos e fundos de compensação para apoiar os países que atualmente dependem de combustíveis fósseis à medida que eliminam seu uso.
- **Democracia, participação e defesa dos direitos:** A transição justa para energias limpas exige processos democráticos sólidos e participativos. Não haverá justiça climática sem instituições transparentes, Estados que zelem pelo bem comum e decisões nas quais as comunidades afetadas tenham voz. Devemos ouvir e proteger especialmente os povos indígenas, as comunidades afrodescendentes e as comunidades tradicionais, bem como as pessoas mais empobrecidas. Quando se restringem direitos, enfraquece-se a proteção ambiental e criminaliza-se a defesa

7 Dados fornecidos pelo [Banco Mundial](https://news.un.org/es/story/2025/06/1539826). Ver <https://news.un.org/es/story/2025/06/1539826>

do território, aumenta-se a desigualdade e impõe-se um modelo que antepõe o lucro à dignidade humana. Uma transição verdadeiramente justa exige fortalecer a democracia, garantir os direitos humanos fundamentais e assegurar que ninguém fique de fora do processo de mudança.

III. JUSTIÇA FINANCEIRA: DÍVIDA E REPARAÇÕES

A crise climática e a dívida são duas faces da mesma moeda que ameaçam o futuro dos países pobres. Denunciamos o sistema financeiro imoral que obriga as nações do Sul a pagar mais em serviço da dívida do que recebem em financiamento climático.

No espírito do preâmbulo do Mutirão Global da COP 30, exigimos:

- Que os juros e os montantes da dívida do Sul Global sejam convertidos em investimentos concretos para uma transição energética justa, com planos claros e verificáveis. Os Estados credores e os organismos multilaterais não podem exigir pagamentos que comprometam os direitos fundamentais e a proteção social. Quando o serviço da dívida impede garantir uma vida digna, torna-se eticamente insustentável. Transformar a dívida em ação climática é uma exigência de justiça e de corresponsabilidade global.
- Que os juros e os montantes da dívida do Sul Global sejam transformados em financiamento específico e plurianual destinado à transição energética justa, com procedimentos simplificados e mecanismos de acesso direto. Esses recursos devem priorizar os grupos mais vulneráveis ao impacto climático: mulheres, jovens, populações urbanas e rurais empobrecidas, povos indígenas e migrantes, garantindo que a conversão da dívida se traduza em proteção social, resiliência territorial e desenvolvimento humano integral.

IV. APELO AOS GOVERNOS E LÍDERES MUNDIAIS

Antes da primeira conferência sobre o TCF e da COP 31 em Antália (Turquia), instamos os líderes mundiais a:

1. Juntar-se ao bloco de nações que impulsionam o Tratado de Combustíveis Fósseis.
2. Seguir o exemplo de países como Vanuatu e Colômbia, reconhecendo que a cooperação internacional é o único caminho para uma transição ordenada.
3. Integrar o fim dos combustíveis fósseis nas NDC: as próximas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC) devem incluir objetivos explícitos, prazos e vias para a eliminação gradual da produção de combustíveis fósseis, em consonância com a ciência e a equidade.
4. Proteger os defensores da Terra: Garantir a segurança e a participação vinculativa de homens e mulheres de comunidades indígenas e locais na tomada de decisões relacionadas ao clima e a assuntos afins, reconhecendo sua soberania sobre seus territórios ancestrais.

CONCLUSÃO: ESPERANÇA E AÇÃO

Como Igreja peregrina no mundo, conscientes de nossa responsabilidade histórica e moral, reafirmamos que a defesa da vida e da dignidade humana exige que ajamos com determinação diante da crise socioambiental. Não podemos ser indiferentes quando modelos econômicos e financeiros colocam em risco a vida humana e transgredem os limites do planeta.

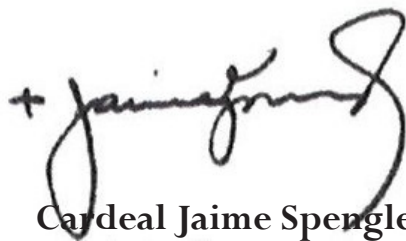
Comprometemo-nos a promover uma transição energética justa, a rever as nossas próprias práticas, incluindo o desinvestimento em combustíveis fósseis, e a acompanhar as comunidades que sustentam, com esperança, a resistência e a resiliência nos seus territórios.

Somamos as nossas vozes ao apelo urgente do Papa Leão XIV para sermos construtores de «uma paz desarmada e desarmante» no mundo⁸. Muitas das guerras atuais são motivadas pelo controle das fontes e dos bens materiais para a produção de energia. Uma produção voltada o desenvolvimento infinito da indústria da guerra e da morte. Não basta uma transição energética; é urgente uma profunda transformação socioeconômica e cultural que nos leve a promover novos estilos de vida e de produção, conduzindo-nos ao bom viver e ao viver bem.

Acreditamos que “as coisas podem mudar” (LS, 13). Estamos dispostos a ouvir “*o clamor da terra e o clamor dos pobres*” (LS 49). Convidamos todas as pessoas de boa vontade a se unirem a uma coalizão histórica entre o Norte e o Sul para proteger nossa casa comum. O tempo é curto, mas a esperança nos mobiliza. Um mundo livre de combustíveis fósseis, justo e em paz, é possível e necessário.

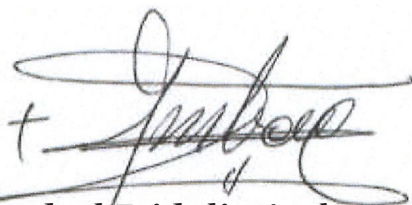
8 Leão XIV. (2025, 8 de dezembro). *Mensagem do Santo Padre por ocasião da LIX Jornada Mundial da Paz 2026: “A paz esteja com todos vós. Rumo a uma paz desarmada e desarmante”*. The Holy See. <https://www.vatican.va/content/leo-xiv/pt/messages/peace/documents/20251208-messaggio-pace.html>

Signatários do Sul Global

A handwritten signature in black ink, starting with a cross and followed by a stylized, cursive name.

Cardeal Jaime Spengler

Presidente do Conselho Episcopal Latino-Americano e Caribenho (CELAM).

A handwritten signature in black ink, starting with a cross and followed by a stylized, cursive name.

Cardeal Fridolin Ambongo

Presidente do Simpósio das Conferências Episcopais da África e Madagáscar (SECAM).

A handwritten signature in blue ink, starting with a cross and followed by a stylized, cursive name.

Cardeal Felipe Neri

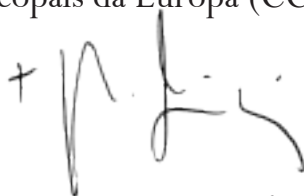
Presidente da Federação das Conferências Episcopais da Ásia (FABC).

Signatários que acompanham

A handwritten signature in blue ink, starting with a cross and followed by a stylized, cursive name.

Cardeal Ladislav Nemet

Vice-presidente do Conselho das Conferências Episcopais da Europa (CCEE).

A handwritten signature in black ink, starting with a cross and followed by a stylized, cursive name.

Dom Ryan Pagante Jiménez

Vice-presidente da Federação das Conferências dos Bispos Católicos da Oceania (FCBCO).

